

## **A PRODUÇÃO LEITEIRA NO NORTE DO PARANÁ E A COOPERATIVA CENTRAL AGROINDUSTRIAL**

**Fabiane de Oliveira Domingos – Universidade Estadual de Londrina**  
fabigeminiana@ibest.com.br

**Lizandra Pirin – Universidade Estadual de Londrina**  
liz\_outstanding@yahoo.com.br

**Sarah Dias Matinez Ambrogi – Universidade Estadual de Londrina**  
sarah\_ambrogi@yahoo.com.br

**Ruth Youko Tsukamoto – Universidade Estadual de Londrina**

### **1. Introdução**

O presente ensaio teve como ponto central de análise a produção leiteira na região Norte do Paraná e a CONFEPAR, investigando-se o sistema e caracterizando a produção de leite na região de Londrina, bem como identificar o tipo de produtor que fornece o leite à Cooperativa.

Assim, o texto está estruturado em primeiro momento com a formação da Cooperativa Central Agroindustrial (CONFEPAR), suas afiliadas e entrepostos. Posteriormente tem-se a relação de sujeição do produtor em relação à cooperativa, bem como a apresentação da pesquisa empírica realizada.

Para tanto, houve embasamento teórico-metodológico acerca do cooperativismo leiteiro e modernização da agricultura. Realizou-se o levantamento empírico junto à CONFEPAR averiguando seu processo histórico e de industrialização de leite, bem como foram entrevistados alguns produtores de leite na região de abrangência da cooperativa.

### **2. O cooperativismo na atividade leiteira – o caso da CONFEPAR**

A Cooperativa Central Agroindustrial (CONFEPAR) advém de um processo de junção de várias cooperativas leiteiras como a COCAFE de Astorga; COFERCATU de Porecatu; CATIVA e COOPLEITE de Londrina; COLARI de Mandaguari; COPAGRA de Nova Londrina; COAMIG de Guarapuava e COROL de Rolândia.

No entanto, sua organização é oriunda da luta de um grupo de produtores contra a espoliação por parte de uma antiga empresa de laticínio denominada KAMBI, a qual entrou em concordata e deixou os produtores à margem.

Para enfrentar o problema os produtores, em 1982, assumiram a empresa transformando-a em cooperativa central, nasceu grande, pois congregava desde então cooperativas que se denominou Confederação das Cooperativas Centrais Agroindustriais do Paraná Ltda. (CONFEPAR). Seu principal objetivo era o fortalecimento da organização dos produtores de leite e a luta por melhores preços, bem como à redução de custo de beneficiamento do leite e de impostos acerca da produção e mão de obra.

Esta cooperativa com sua unidade de beneficiamento está localizada na região Norte do Paraná, no município de Londrina, atuando em vários outros municípios por meio de entrepostos de coleta de leite, tais como os municípios de Barracão e Pato Branco na região Sudoeste do Paraná; Campina da Lagoa na região Oeste; e Nova Londrina na região Noroeste.

Seu quadro associativo perfaz cerca de 7000 cooperados, sendo que muitos dos fornecedores de leite têm apenas contrato de fornecimento da produção.

A CONFEPAR, em 1986 trocou sua razão social, passando a se denominar Cooperativa Central Agroindustrial Ltda., devido à diversificação na produção, pois além da pasteurização do leite passou a produzir derivados como: leite longa vida, leite em pó, bebida láctea e manteiga.

A implementação de cooperativas leiteiras no Estado do Paraná é recente, como pode-se observar no quadro a seguir:

Quadro 1: Usinas lácteas instaladas cronologicamente no Estado do Paraná

Ano de instalação	Nome da Usina
1964	Cooperativa Agropecuária de Londrina
1966	Cooperativa Laticínios Central do Paraná Ltda.
1967	Cooperativa Laticínios de Mandaguaiçu Ltda.
1967	Laticínios Londrina Ltda.
1967	Cooperativa Agropecuária de Witmarsum Ltda.
1967	Cooperativa de Laticínios Curitiba Ltda.
1968	Cooperativa de Laticínios Coroados Ltda.
1970	Cooperativa de Laticínios Maringá Ltda.
1971	Companhia Leco de Produção Alimentícia Ltda.
1972	Laticínios Norte do Paraná Ltda.
1973	Usina de Pasteurização e Padronização do Leite Apucarana Ltda.
1973	Usina e Comércio de Laticínio Cascavel Ltda.

Fonte: SILVA e TSUKAMOTO, 2001, organizado pelas autoras.

Atualmente existem inúmeras empresas de beneficiamento de leite, distribuídas em todo o estado; na região Norte do Paraná, porém, observa-se a forte atuação da CONFEPAR, produzindo uma marca própria de leite e derivados, Polly.

Para entender a CONFEPAR enquanto cooperativa é necessário tratar do cooperativismo, sua origem e organização no Brasil. Essa atividade nasce num contexto histórico em que o país ainda estava pautado no modelo de sistema monocultor exportador, em finais do século XIX e início do XX (1890-1910), e o mercado interno era inerente, de forma que o abastecimento do mercado interno ficava a cargo da pequena produção ou de empresas agro-mercantis (FLEURY, 1983).

A partir da monocultura do café, a expansão para áreas agrícolas diversificadas resultou na expulsão dos produtores (posseiros e sítiantes que moravam no interior das fazendas como assalariados, porém, plantavam para sua subsistência e o seu excedente é vendido nas cidades). Dessa forma, a

cultura do café dominou as lavouras e, os centros urbanos perderam os fornecedores de alimentos. Com a necessidade de alimentos nas cidades começou-se a implementar cooperativas de consumo e posteriormente as cooperativas de cunho agrícola por volta de 1900-1906.

Já a prática do cooperativismo leiteiro, segundo Santos (2004) surgiu no Brasil a partir da década de 1930, no Vale do Paraíba, em decorrência do descontentamento dos produtores perante as condições impostas pelas usinas e intermediários num contexto histórico de crise e crescente demanda de alimentos para as cidades. Para a solução dos problemas de abastecimento, de acordo com Fleury (1983), foram se espalhando tentativas de montar colônias para a agricultura, porém, sem êxito.

O desenvolvimento da pecuária leiteira no vale do Paraíba, de acordo com Rodrigues (1985), foi conseqüência da decadência da lavoura cafeeira e do esgotamento dos solos, que eram cultivados por migrantes mineiros. Um fator importante para o desenvolvimento da criação do rebanho leiteiro foi a abertura de estradas que propiciaram a entrada de companhias de laticínios na região, como a Vigor, primeira a se instalar.

Dessa forma, o cooperativismo foi se consolidando ao longo dos anos tornando-se uma opção de sobrevivência dos produtores frente às condições de comercialização, além de ser um avanço no sentido de os produtores terem o controle do processo de beneficiamento.

Entretanto, as cooperativas atualmente estão se modernizando muito e ao mesmo tempo exigem dos produtores que também introduzam no processo de produção leiteira tecnologias como melhoria genética do rebanho, ordenhadeiras mecânicas e tanques de expansão que refrigeram o leite conservando seu estado de pureza.

A modernização para Santos (2004), intensificou-se a partir da década de 1960, porém, não atingiu o setor produtivo do leite, mesmo havendo grande demanda por este produto, houveram poucos investimentos, devido à redução na margem de lucro do produtor em detrimento ao controle de preços realizado pelo governo e o desinteresse das empresas em modernizar a pequena produção.

Entretanto, a modernização trouxe tecnologias para o armazenamento e comercialização do leite, a principal inovação foi a ordenhadeira mecânica, as novas embalagens que na década de 1960 revolucionaram a produção de leite e derivados, atualmente a principal exigência das empresas de captação de leite é o tanque de expansão.

No caso da CONFEPAR que beneficia cerca de 1 milhão/litros/dia, com vistas à comercialização no mercado externo como África a sua produção de leite em pó, a principal exigência para a captação do leite do produtor é a aquisição do tanque de expansão, o qual onera o produtor.

A concentração na indústria de laticínios se deu na década de 1970, com a entrada de grandes empresas multinacionais que se associaram ou adquiriram empresas nacionais. Desta forma, a fusão entre empresas permitiu a expansão geográfica de alcance do mercado consumidor, isto em produtos e/ou áreas relevantes que se davam através de associações com empresas concorrentes. No caso da CONFEPAR houve um processo de integração vertical da produção que se constitui numa cooperativa que incorpora usinas e entrepostos de cooperativas menores de forma a incorporar mais capital social e reduzir impostos e o alcance de maior área de abrangência.

A subordinação da pecuária leiteira ao capital industrial não é recente, mas se aprofundou ainda mais após as transformações ocorridas nos anos

1990, com destaque para a abertura da economia nacional, pois esta alterou profundamente a cadeia produtiva do leite no Brasil, provocando mudanças organizacionais e tecnológicas, além de alterações no consumo de leite e derivados (SANTOS, 2004, p.66).

No Brasil a comercialização e a industrialização do leite não são feitas somente por cooperativas, mas também por empresas privadas. De acordo com Santos (2004), no período pós-guerra, o Estado começou a controlar o preço do leite, pois na medida em que ele é um produto básico na dieta alimentar, pesando, portanto, na cesta básica de consumo da população urbana, era de todo o interesse de manter baixo o seu preço em função da reprodução das classes trabalhadoras.

Neste contexto, segundo Santos (2004), a partir de 1964, a política de tabelamento dos preços do leite concede aumentos irrelevantes aos produtores, abaixo da taxa de inflação, dificultando a sua reprodução.

Para Fleury (1983), os preços do leite tipo C, controlados pelo governo, não chega a cobrir os custos da produção do pequeno produtor. Para contornar essa situação, ele procura minimizar os gastos utilizando-se da mão de obra familiar.

Um fato importante que marca a produção leiteira no Brasil, segundo Rodrigues (1985), foi que a partir de 1967, o Ministério da Agricultura estabeleceu normas para a produção dos derivados. Na época os pequenos produtores conseguiam agregar valor à produção por meio da transformação em derivados de leite, comercializando nas cidades de porta em porta. Com as novas normas houve a dissolução da indústria caseira e a sua determinação em se transformarem em produtores especializados, em pecuaristas puros.

Neste momento, de acordo com Rodrigues, 1986.22), “cresceram os vínculos dos produtores mercantis de leite (...) com a economia capitalista, cresce a sua necessidade de dinheiro, desenvolve-se e cresce sua exploração pelo capital”. No sentido de verificar o que acontece com o produtor frente ao modelo de exploração capitalista que se realizou o presente trabalho.

## **2. O processo de sujeição dos pequenos produtores pela CONFEPAR**

Para a conexão das questões teórico-metodológicas foi realizada pesquisa empírica visitando a CONFEPAR com o intuito de averiguar informações, entrevistando-se um representante do setor administrativo da Cooperativa. Ainda, fez-se a investigação por meio de entrevistas sistematizadas a alguns produtores de leite, escolhidos aleatoriamente.

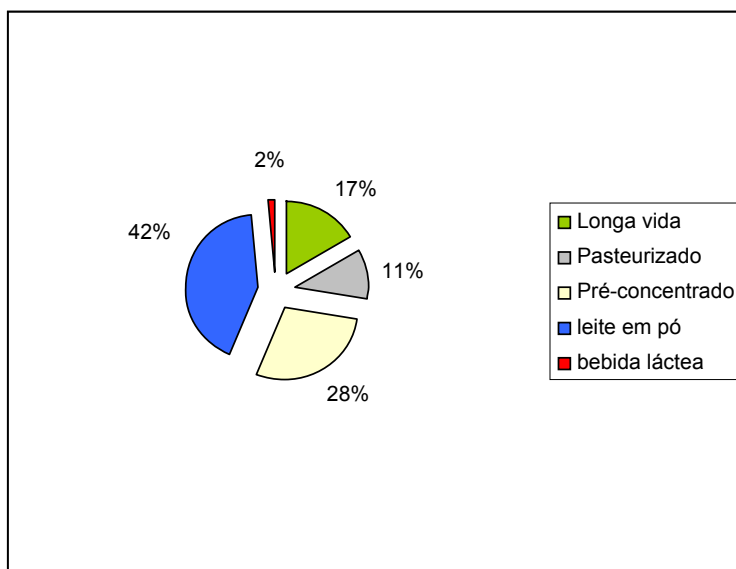
Neste sentido, obtive-se informações a respeito da Cooperativa de ordem organizacional, econômica e políticas desempenhadas com relação aos associados e a forma como se dá o relacionamento com as cooperativas afiliadas.

Sua estrutura organizacional é constituída pelo presidente e vice-presidente, eleitos por eleição direta em assembléia geral com membros de todas as cooperativas integradas à CONFEPAR. Além dos gerentes da área industrial, captação, administração financeira e comercial e do Conselho Fiscal relativo aos presidentes das cooperativas afiliadas.

A CONFEPAR tem a unidade de industrialização de leite em Londrina e caminhões-tanques distribuídos pelo Estado por meio das cooperativas afiliadas, que recolhem o leite e encaminham ao entreposto de beneficiamento local.

De acordo com o responsável pelo departamento de *marketing*, a Cooperativa tem capacidade de estocagem de produção de 1,2 milhão de litros de leite e processa cerca de 1 milhão de litros dia, da seguinte forma:

Gráfico 1: Representação do Processamento Diário de Leite na CONFEPAR



Fonte: Pesquisa de campo na CONFEPAR, maio de 2005.

Essa produção é comercializada no mercado interno para os mercados regionais, o produto pré-concentrado é comercializado junto as grandes empresas do setor alimentício como a Lacta e Nestlé. No caso do leite em pó, parte é comercializado no mercado interno como São Paulo, Nordeste e dentro do próprio estado do Paraná em embalagens de 400 gramas e o restante é exportado para países da África em embalagens de 25 Kg, com inscrições em três idiomas.

A CONFEPAR oferece o serviço de assistência técnica aos produtores como: veterinários, zootecnistas e agrônomos, tudo para garantir a qualidade de produto que recebem.

A forma de pagamento para os produtores de leite é repasse mensal do valor correspondente à cooperativa onde estão vinculados, a qual se encarrega de realizar o pagamento por meio de cheques.

A cooperativa transforma e movimenta uma quantidade maior de produto e assim consegue agregar um preço melhor à produção, no entanto, os produtores sempre estão propensos obter menores preços.

A produção leiteira é explorada normalmente por pequenos produtores e é considerada mercantil, segundo Rodrigues (1986), está configurada por relações de produção não tipicamente capitalistas, mas subordinadas ao capital. Tudo porque os pequenos produtores são dependentes de uma empresa intermediária para a comercialização de sua produção, no caso a cooperativa.

Para Oliveira (1981), que analisa a subordinação da produção à circulação estabelecendo o monopólio na circulação, o capital subjuga os agricultores (grandes e pequenos) e os consumidores. Essa forma de sujeição está associada aos intermediários e atravessadores com os quais o Estado é complacente, pois cria espaço para sua reprodução.

Quando há subordinação às grandes cooperativas, nesse caso o capital socializa o processo da produção camponesa em seu conjunto, chegando a impor um controle sobre o próprio processo de trabalho. É o caso das exigências referentes às tecnologias, o tanque de expansão no caso do leite e outras atividades como a produção de aves que deve seguir o padrão tecnológico da empresa.

De acordo com Rodrigues (1986), os produtores, atualmente, voltados ao comércio não estão ligados a uma unidade de trabalho familiar, havendo exceções, no entanto, estão subordinados às leis do capital que recorrem por meio da renda da terra, da troca, da mercadoria.

No que se refere aos produtores entrevistados para análise observou-se informações que permitiam identificar as relações de produção e de trabalho que dizem respeito ao cooperado e à cooperativa.

Os produtores entrevistados são em número de três, representando dois municípios no Norte do Estado, Jaguapitã, produtor 1 fornecedor de leite para uma empresa privada, e Rolândia produtores 2 e 3, são fornecedores de leite para a CONFEPAR.

Para os três produtores a atividade leiteira se apresenta como principal fonte de renda, pois o produtor 3 não pratica nenhuma atividade na propriedade além da leiteira. Os produtores 1 e 2 cultivam grãos, como milho e soja.

A produção leiteira destes produtores está representada na tabela 1, observa-se que o produtor 3 tem a maior produtividade diária e conseqüentemente o maior número de matrizes em lactação.

Tabela 1 – Representação da produção leiteira e número de matrizes em lactação

Produtores	Nº de matrizes em lactação	Produção litros/leite/dia
Produtor 3	179	5.350
Produtor 2	60	800
Produtor 1	25	175

Fonte: Pesquisa de campo, maio de 2005.

Com relação às tecnologias empregadas nas propriedades, os produtores (2) e (3) possuem bons equipamentos, o primeiro possui quatro jogos de ordenhadeira mecânica canalizadas e resfriados, dois tanques de expansão com capacidade de 4 mil litros, o segundo com ordenhadeiras, tanque isotérmico, banco de gelo e 1 resfriador de placa bem como suas matrizes têm melhoramento genético.

Já o produtor 1, possui apenas o tanque de expansão, que adquiriu com investimento próprio e por exigência do laticínio, pois que visam a qualidade do leite. Porém, com o investimento do produtor no tanque de expansão não há sobras para investir em melhoramento genético ou mesmo na qualidade de vida.

Os cuidados para obter uma boa produção leiteira são intensos e assim, a jornada de trabalho dos produtores é constante e trabalhosa. O ciclo de produção é diário, portanto, uma exploração absoluta do trabalho e do sobretrabalho do pequeno produtor.

Quanto às relações de trabalho empreendidas nas propriedades visitadas, apenas a propriedade 2 tem mão de obra assalariada, os outros, declararam que trabalham com mão de obra familiar, no entanto, observaram que quando há uma demanda grande de trabalho, há o auxílio de trabalhadores volantes.

O engajamento de braços auxiliares na força de trabalho assalariado se faz necessário para complementar a força de trabalho familiar, geralmente, durante o tempo de serviço mais pesado, nas tarefas que exigem mais braços são as mais demoradas, dispensando logo que não se tenha mais necessidade deles (RODRIGUES, 1986, p.18).

Dessa forma os trabalhadores volantes vendem sua força de trabalho.

O fato é que o processo de concentração de propriedades se dá ao lado do desenvolvimento das pequenas unidades de produção, evidenciando a força destas ou, em outras palavras evidenciando uma oscilação constante entre os processos da pequena e os da grande exploração, assim como o vigor e a importância da força de trabalho familiar e conseqüentemente, da pequena produção mercantil no interior do modo de produção do capital (RODRIGUES, 1986, p.20-21).

No que se refere aos preços praticados pela cooperativa em relação aos produtores, estes estavam recebendo entre R\$0,55 e R\$0,60, porém, passados 5 meses dessa investigação, os preços tiveram declínio de pelo menos a metade do valor para os produtores.

Na época a opinião dos produtores em relação ao preço do leite era:

Produtor 3: “Pelas pesquisas realizadas junto ao CONSELEITE <sup>1</sup>, acredita que é o laticínio que melhor paga pelo leite. Pelo contrato acredita que deram a melhor condição”.

Produtor 2: “Acha que o preço está bom em função do mercado, pois, a CONFEPAR produz leite em pó e está começando a exportar. Tem um preço sem muitas oscilações entre R\$0,56 e R\$0,60, e depende da situação, porque outro laticínio tinha muita negociata”.

Estes dois produtores têm melhores condições de produção, investimentos e infra-estrutura e pode-se dizer que são grandes produtores, em decorrência de sua produção e os gastos ficam reduzidos.

Já para o pequeno produtor 1, este tem que investir mais na melhoria genética de seu rebanho e nas tecnologias para a produção seus gastos são maiores.

A respeito do preço pensa que: “Não é justo, pois paga R\$0,55, deveria ser a metade do que está vendendo no mercado, 40% para o produtor e 60% para o laticínio, mas é 3 por 1 é demais. Mas a região ainda está vendendo bem, sem muita despesa”( Produtor 1).

Diante disso verifica-se que quem sai perdendo é sempre o pequeno produtor que tem que investir cada vez mais na produção para ter pouco retorno, seja em qualidade de produção ou mesmo em sua própria qualidade de vida.

---

<sup>1</sup> Órgão que negocia e fiscaliza o preço do leite no Estado do Paraná.

### 3. Considerações Finais

Com o propósito de concluir este trabalho, compreende-se que o surgimento da CONFEPAR beneficiou muitos produtores de leite na região Norte do Paraná, principalmente porque foi iniciativa de um grupo de produtores .

O sistema de coleta não difere dos outros laticínios, sendo que ela é uma cooperativa central que agrega a produção de outras pequenas cooperativas para o beneficiamento em diferentes produtos, que se encaminham tanto para o mercado interno, quanto externo, de forma que aglutina maior valor de venda.

No entanto, para o pequeno produtor o problema do intermediário continua o mesmo, pois as exigências da Cooperativa por tecnologias continua, e os investimentos do produtor são reduzidos, por outro lado, a cooperativa tem poder de negociação de preço. No que se refere aos maiores produtores sua produção em maior escala só os beneficia, uma vez que atendem as normas de qualidade de produção.

Portanto, na atual conjuntura de necessidade tecnológica, os investimentos são altos para todos os produtores, mas a produção em larga escala continua tendo vantagens.

### 3. Referências Bibliográficas

FLEURY, M.T. L. *Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil*. São Paulo: Global, 1983.

OLIVEIRA, A. U. de. *Agricultura e indústria no Brasil*. In: Boletim Paulista de Geografia. São Paulo, AGB n.º58, 1981. P.5-64.

SANTOS, J. C. dos. *O sistema agroindustrial do leite na região de Presidente Prudente –São Paulo*. (Dissertação de mestrado) Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP – Presidente Prudente, 2004.

SILVA, J. A. e TSUKAMOTO, R. Y. A modernização da pecuária leiteira e exclusão do pequeno produtor. In: *Revista Geografia – Revista do Departamento de Geociências*. Vol. 10, n.º2 jul/dez 2001 - Universidade Estadual de Londrina – Dep. de Geociências.

RODRIGUES, A. M. P. Renda da terra, trabalho, espaço e capital – os tiradores de leite de Catuçaba – SP. In: *Boletim Paulista de Geografia*. N.º 62, 2º Sem. 1985, ano de publicação 1986, p.5-45.

Este trabalho tem como principal destaque o fato de articular uma sistematização bibliográfica com dados levantados “*in loco*”.